nº 2966/2023- MP/PGJ, expedida em 02/06/2023, publicada no DOE de 07/06/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 13 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 950970

PORTARIA Nº 0359/2023-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 820/2021-MP/PGJ de 12 de abril de 2021, CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo único, do art. 2º, da Resolução nº 006/2019-CPJ, de 25 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado, de 08/5/2019;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês junho de 2023, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 22 de maio de 2023, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará; CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês junho de 2023, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 13 de junho de 2023, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará; CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º da PORTARIA nº 3275/2021-MP/PGJ, de 05/10/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do Parquet escalados para o plantão institucional do segundo grau.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta PORTARIA para realizarem em regime presencial o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, nos dias 17 e 18/06/2023.

Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DE SERVIDORES

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL e PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

PERÍODO: 17 e 18/06/2023.

Em observância a Resolução nº 006/2019-CPJ, de 25 de abril de 2019, publicadas no Diário Oficial do Estado, de 08/5/2019, Escalas de Plantões para o mês de junho de 2023, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis e Procuradorias de Justiça Criminais, datadas de 22 de maio de 2023 e 13 de junho de 2023 publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará.

DIA 17/06/2023 (sábado)

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

Renata Santos Miranda (Assessora da Procuradoria Cível)

Amanda de Nóvoa Lima (Assessora da Procuradoria Criminal)

DIA 18/06/2023 (domingo)

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

Maria Sylvia Olivia Santos (Assessora da Procuradoria Cível)

Adriane Freitas Moraes (Assessora Técnica da Procuradoria Criminal)

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém, 15 de junho de 2023.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 950914

RESUMO DA PORTARIA Nº 21/2023-MPPA/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Itupiranga.

PORTARIA Nº 21/2023-MPPA/PJI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000405-095/2023

Instauração de Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhamento e revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público quanto à PRORROGAÇÃO DE PRAZO do IC nº 15/2022/MP/PJI – SIMP nº 000622-095/2018, nos termos do disposto no art. 9º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, tendo em vista que não foram esgotados os procedimentos investigativos e necessários à análise da legalidade dos fatos narrados nos autos.

Itupiranga/PA, 13 de junho de 2023

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça

Titula da PJ de Itupiranga/PA

Protocolo: 950727

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE PORTARIA

A 3ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 9º da Resolução 174, de 04 de junho de 2017, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000670-3,

que se encontra à disposição na 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, situada na Rua Ângelo Custódio nº 85, bairro Cidade Velha, CEP. 66023-090, Belém/PA, Telefone: (91) 3198-2731, Ramal 2731.

PORTARIA nº 006/2023-MP/3ªPJI

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ - SEDUC Assunto: Necessidade de acompanhamento de política pública que envolva o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, por esta 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém.

PROMOTORA DE JUSTIÇA – SILVIA BRANCHES SIMÕES

Protocolo: 950731

RESUMO DA PORTARIA Nº 18/2023-MPPA/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Itupiranga.

PORTARIA Nº 18/2023-MPPA/PJI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000403-095/2023

Instauração de Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhamento e revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público quanto à PRORROGAÇÃO DE PRAZO do IC nº 03/2022/MP/PJI – SIMP nº 000605-095/2022, nos termos do disposto no art. 9º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, tendo em vista que não foram esgotados os procedimentos investigativos e necessários à análise da legalidade dos fatos narrados nos autos.

Itupiranga/PA, 07 de junho de 2023

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça

Titula da PJ de Itupiranga/PA

Protocolo: 950784

RESUMO DA PORTARIA Nº 17/2023-MPPA/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Itupiranga.

PORTARIA Nº 17/2023-MPPA/PJI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000402-095/2023

Instauração de Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhamento e revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público quanto à PRORROGAÇÃO DE PRAZO do IC nº 02/2021/MP/PJI – SIMP nº 000016-095/2019, nos termos do disposto no art. 9º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, tendo em vista que não foram esgotados os procedimentos investigativos e necessários à análise da legalidade dos fatos narrados nos autos.

Itupiranga/PA, 07 de junho de 2023

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça

Titula da PJ de Itupiranga/PA

Protocolo: 950788

PORTARIA Nº 3082/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 18 da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006; CONSIDERANDO a previsão contida no art. 31 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual nº 795/2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 1 de junho de 2020; e

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de atualização na norma que disciplina a cessão de servidores no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, R E S O L V E:

Art. 1º- Para fins desta PORTARIA, considera-se:

I- cessão: ato autorizativo para o exercício de cargo em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem alteração da lotação no órgão de origem;

II- reembolso: restituição ao cedente vencimento-base ou da remuneração do servidor, acrescida da contribuição previdenciária e, quando for o caso, da contribuição devida ao Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP;

III- cessionário: o órgão ou entidade onde o servidor irá exercer suas atividades; e

IV- cedente: o órgão ou entidade de origem e lotação do servidor cedido. Parágrafo Único. Para efeito do reembolso disciplinado no inciso II deste artigo, compõe a remuneração do servidor cedido as vantagens pecuniárias de caráter permanente, as já incorporadas, as decorrentes de legislação específica ou resultantes do vínculo de trabalho.

Art. 2º- Havendo real e justificada necessidade de serviço o servidor no exercício de cargo de provimento efetivo, mediante a sua concordância, poderá ser colocado à disposição de qualquer órgão da administração direta ou indireta, da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, nas hipóteses de exercício de atribuições típicas do cargo efetivo, provimento de cargo e comissão ou designação para função de confiança, resguardada a equivalência de cargos, quando couber, desde que observada a reciprocidade.

Art. 3º- Quando se tratar de cessão para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público Federal e de outros Estados, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, obrigatoriamente, será submetida